
CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (16/07/2026 A 23/07/2026)

MINERAÇÃO

- **ANM conclui ciclo de repasses da CFEM a municípios afetados pela mineração**

Distribuição de mais de R\$ 88 milhões encerra o ciclo 2025/2026 e beneficia municípios impactados pela atividade mineral e por sua infraestrutura

A Agência Nacional de Mineração (ANM) concluiu, com repasses efetuados nos dias 17 e 20 de julho, o ciclo 2025/2026 de distribuição da parcela da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) destinada aos municípios afetados pela atividade minerária. Foram distribuídos mais de R\$ 88 milhões referentes à arrecadação de abril de 2026, último mês do ciclo iniciado em maio de 2025. Os valores correspondem à partilha de 15% da arrecadação total da CFEM, prevista na Lei nº 13.540/2017, e alcançam municípios cortados por ferrovias e dutovias, afetados por operações portuárias ou que abrigam barragens de rejeitos e outras estruturas de mineração, além de municípios limítrofes, estados produtores e o Distrito Federal.

Do montante total, mais de R\$ 71 milhões couberam aos municípios diretamente afetados pela infraestrutura minerária, enquanto cerca de R\$ 17 milhões foram repartidos entre os limítrofes, os estados produtores e o Distrito Federal. A própria Agência reconheceu que os recursos de abril somente foram pagos em julho, em razão da necessidade de adequação dos cálculos a uma decisão judicial, tendo o ciclo sido encerrado com a regularização dos repasses pendentes. Para a ANM, a CFEM segue como o principal instrumento de compensação dos impactos sociais e econômicos da mineração, com destinação preferencial dos recursos à diversificação econômica e ao desenvolvimento sustentável dos entes beneficiários.

Fonte: [Link](#)

- **Justiça determina medidas para reforçar o controle sobre a cadeia de produção de ouro no Brasil**

Decisão atende ação do MPF e estabelece novas obrigações para a União, a ANM e o Banco Central no combate à mineração ilegal e à lavagem de ouro

A Justiça Federal condenou a União, a Agência Nacional de Mineração (ANM) e o Banco Central a implementarem medidas estruturais de controle, rastreabilidade e fiscalização da cadeia de produção e comercialização do ouro no país. A sentença, proferida em ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF), mira o chamado "esquentamento" do minério, prática pela qual o ouro extraído ilegalmente, sobretudo de terras indígenas e áreas protegidas, é inserido no mercado formal com declarações falsas de origem vinculadas a Permissões de Lavra Garimpeira (PLGs). Segundo o MPF, a fraude tem especial incidência nos municípios paraenses de Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso, e o esquema envolveria a comercialização de bilhões de reais em ouro de procedência irregular.

Entre as obrigações fixadas estão, para a ANM, a conclusão da revisão normativa do regime de PLG, a reavaliação dos títulos vigentes na região e a implantação de mecanismos de certificação de origem e rastreabilidade do minério; para a União, a operação plena da Nota Fiscal Eletrônica do Ouro Ativo Financeiro e de programas de fiscalização integrada; e, para o Banco Central, o reforço da supervisão sobre as instituições autorizadas à primeira aquisição do ouro. A decisão afasta, ainda, a presunção automática de legalidade da origem do minério e de boa-fé dos compradores, em linha com entendimento anterior do Supremo Tribunal Federal. Em manifestação sobre o caso, a ANM informou que analisará a sentença e destacou que já vem adotando ferramentas geoespaciais e cruzamento de dados para aprimorar o monitoramento da atividade garimpeira.

Fonte: [Link](#)

- **Estudo da ANM destaca potencial de minerais críticos na Amazônia**

Diagnóstico reúne dados sobre produção, investimentos e desafios para orientar a política nacional do setor

A Agência Nacional de Mineração lançou o estudo "Amazônia Legal: Minerais Críticos e Estratégicos - Diagnóstico Setorial", elaborado pela Superintendência de Economia Mineral e Geoinformação (SEG). O levantamento mostra que a região concentra 48,2% dos processos minerários relacionados a essas substâncias no país, com forte predominância do ouro, seguido de estanho e cobre, e que Pará, Mato Grosso e Rondônia reúnem a maior parte dos requerimentos. Responsável por quase metade do valor gerado pelos minerais estratégicos brasileiros, a

Amazônia Legal ainda mantém sua produção concentrada em substâncias tradicionais, como ferro, bauxita, cobre e ouro.

O diagnóstico também contabiliza investimentos de R\$ 40,4 bilhões em minas e usinas entre 2006 e 2024 e aponta gargalos relevantes, como a ausência de produção comercial de potássio, terras raras e cobalto, insumos considerados essenciais para a transição energética. Como caminhos, o documento defende a ampliação da pesquisa mineral, o fortalecimento da segurança regulatória e uma governança socioambiental capaz de conciliar o aproveitamento econômico dos recursos com a preservação ambiental e os direitos dos povos originários, servindo de base técnica para a construção da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

Fonte: [Link](#)

PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

- **ANP reforça cooperação no combate ao crime organizado na cadeia de combustíveis**

Reunião técnica promovida pelo Ministério da Justiça reuniu órgãos de segurança, fiscalização e inteligência para fortalecer a atuação integrada no setor

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) participou de reunião técnica convocada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para discutir estratégias de prevenção à infiltração do crime organizado na cadeia nacional de combustíveis. O encontro reuniu representantes de órgãos federais e estaduais das áreas de segurança pública, fiscalização, inteligência financeira e controle, com o propósito de estreitar a articulação entre as instituições responsáveis pelo enfrentamento de ilícitos no setor.

Na pauta, estiveram mecanismos de cooperação institucional, aprimoramento da troca de informações e coordenação de ações de prevenção e repressão às atividades criminosas ligadas ao mercado de combustíveis, segmento que vem sendo apontado como porta de entrada para a lavagem de recursos de facções. A iniciativa integra a agenda do Escritório Nacional Antifacção do Rio de Janeiro (ENA-RJ), vinculado ao Ministério da Justiça, e sinaliza a prioridade conferida pelos órgãos públicos à integridade da cadeia de abastecimento no país.

Fonte: [Link](#)

- **Debate sobre gás release avança para definição do modelo de implementação**

Artigo de especialistas destaca que a discussão deixou de ser sobre a adoção da medida e passou a se concentrar na forma de promover a desconcentração do mercado de gás natural

Em artigo de opinião, o senador Laércio Oliveira e o advogado Marcelo Menezes sustentam que a implementação do programa de gás release não é uma escolha discricionária, mas o cumprimento de comando já previsto na Lei do Gás (Lei nº 14.134/2021), que atribuiu à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a tarefa de adotar mecanismos de desconcentração da oferta de gás natural. Para os autores, o processo regulatório em curso na agência, com consultas públicas, estudos e interlocução com o mercado, demonstra que o debate migrou do "se fazer" para o "como fazer".

Nesse contexto, argumentam que o desafio está em calibrar o desenho do programa para ampliar a concorrência sem comprometer os incentivos ao investimento na produção nacional. Entre as propostas defendidas no artigo estão o direcionamento do gás release aos volumes de gás adquiridos de terceiros, preservando a produção própria das empresas, e a adoção de regras de transição para os contratos em vigor. Os autores destacam, por fim, o papel da ANP na construção de um ambiente regulatório que concilie competitividade e expansão da oferta.

Fonte: [Link](#)

- **CNPE restringe uso de biodiesel importado na mistura obrigatória ao diesel**

Nova resolução determina que o biodiesel destinado à composição do diesel B seja produzido apenas por unidades autorizadas pela ANP

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou resolução estabelecendo que o biodiesel utilizado no cumprimento da mistura obrigatória ao diesel comercializado no Brasil, atualmente fixada em 15%, deverá ser produzido exclusivamente por unidades autorizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Na prática, a medida fecha ao produto importado o principal mercado de biodiesel do país e reverte a sistemática anterior, que admitia o uso de biocombustível estrangeiro para atender parte do mandato.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, a restrição alcança apenas o biodiesel destinado à mistura obrigatória, permanecendo autorizada a comercialização do produto importado nos

demais segmentos previstos na regulamentação. A decisão foi amparada em estudo de impacto regulatório sobre os efeitos da importação no mercado nacional e busca fortalecer a produção doméstica, em especial a vinculada ao Selo Biocombustível Social.

Fonte: [Link](#)

ENERGIA ELÉTRICA

- **ANEEL promove evento para debater os impactos do El Niño no setor elétrico**

Encontro em Brasília reunirá especialistas, representantes do governo e agentes do setor para discutir estratégias de adaptação e fortalecimento da resiliência do Sistema Elétrico Nacional

A ANEEL realizará, no dia 20 de agosto, em Brasília, o evento "Super El Niño e a Resiliência do Setor Elétrico Brasileiro", que terá como foco os desafios impostos pelos eventos climáticos extremos ao Sistema Elétrico Nacional. A iniciativa busca promover um debate técnico sobre os impactos do fenômeno climático e as medidas necessárias para aumentar a capacidade de adaptação e resposta do setor diante de cenários hidrológicos e meteorológicos cada vez mais severos.

O evento será voltado a especialistas, representantes do governo, agentes do setor elétrico, pesquisadores e demais profissionais da área, pretendendo incentivar a troca de conhecimentos e experiências sobre estratégias de preparação e fortalecimento da infraestrutura elétrica. A programação completa e as informações para inscrição já estão disponíveis no portal da agência.

Fonte: [Link](#)

- **MME regulamenta compensação por cortes na geração de energia eólica e solar**

Portaria estabelece as regras para indenizar empreendimentos afetados por restrições operacionais entre 2023 e 2025 e dá início ao processo de adesão das empresas.

O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria nº 140, que regulamenta os procedimentos para a compensação financeira de usinas eólicas e solares afetadas pelos cortes compulsórios de geração de energia, conhecidos como curtailment. A medida contempla restrições ocorridas entre setembro de 2023 e novembro de 2025, período em que diversos

empreendimentos, principalmente na Região Nordeste, tiveram sua produção reduzida em razão de limitações na rede de transmissão e de outras restrições operacionais do Sistema Elétrico Nacional.

A portaria define as etapas de adesão, que incluem o registro de interesse das empresas em sistema próprio do ministério, a apuração e classificação dos cortes, o cálculo das indenizações e a celebração de Termo de Compromisso com a União, que pressupõe a renúncia a litígios relativos aos eventos do período. Aguardada pelo setor há mais de um ano, a regulamentação foi recebida como avanço importante, mas o tema segue controverso, já que as indenizações serão custeadas pelos consumidores por meio dos encargos setoriais.

Fonte: [Link](#)

- **WEG vê transmissão e data centers compensarem desaceleração do mercado solar**

Expansão da infraestrutura elétrica e da demanda por data centers sustentou o desempenho da companhia no segundo trimestre de 2026

A WEG encerrou o segundo trimestre de 2026 com lucro líquido de R\$ 1,56 bilhão, queda de 2,1% na comparação anual, e receita operacional líquida de R\$ 10,14 bilhões, praticamente estável. O resultado foi pressionado pela ausência de novos projetos de geração solar centralizada no Brasil, mas a companhia compensou boa parte desse efeito com o avanço dos negócios de transmissão e distribuição de energia e com a forte demanda por equipamentos destinados à infraestrutura de data centers, sobretudo no mercado norte-americano, onde a receita externa cresceu de forma consistente.

A empresa destacou o aumento das entregas de transformadores, subestações e equipamentos para reforço das redes elétricas, além da expansão das vendas de geradores e motores para data centers e para os setores de óleo e gás. Com margem Ebitda de 21,8% e carteira de pedidos aquecida em projetos de infraestrutura elétrica, a WEG reforça a estratégia de diversificar suas fontes de crescimento em um ciclo mais desafiador para a geração solar de grande porte no país.

Fonte: [Link](#)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIAS (MME)

- **MME destaca práticas simples para promover a eficiência energética no dia a dia**

Adoção de hábitos conscientes pode reduzir o consumo de energia, diminuir gastos e contribuir para a preservação dos recursos naturais

O MME reforçou a importância da eficiência energética como uma forma de utilizar a energia de maneira mais inteligente, reduzindo desperdícios sem comprometer o conforto ou o desempenho dos equipamentos. Segundo a pasta, pequenas mudanças na rotina podem gerar economia na conta de luz e, ao mesmo tempo, contribuir para a preservação dos recursos naturais e a redução dos impactos ambientais.

Entre as recomendações estão o uso de lâmpadas de LED, a escolha de eletrodomésticos com melhor classificação de eficiência energética, o desligamento de aparelhos que não estejam em uso e o aproveitamento da iluminação natural. O ministério também destaca que a eficiência energética se estende ao setor de transportes, incentivando o uso de veículos mais eficientes, do transporte público e de meios de locomoção sustentáveis, como bicicletas e caminhadas.

Fonte: [Link](#)

- **MME explica como o planejamento energético fortalece a segurança do setor no Brasil**

Estudos e estratégias orientam a expansão da infraestrutura energética, promovendo diversificação da matriz, eficiência e sustentabilidade para atender às demandas futuras.

O MME destacou a importância do planejamento energético como ferramenta essencial para garantir que a oferta de energia acompanhe o crescimento do país de forma segura, eficiente e sustentável. Com base em estudos e pesquisas, o planejamento avalia a demanda futura, a disponibilidade de diferentes fontes de energia, os custos, os impactos ambientais e as políticas públicas, permitindo definir estratégias para a expansão da infraestrutura energética nacional.

Além de orientar investimentos em geração, transmissão e produção de combustíveis, o planejamento também incentiva a realização de leilões para ampliar a oferta de energia e estimular a participação da iniciativa privada. O ministério ressalta ainda que esse processo contribui para fortalecer uma matriz energética diversificada e predominantemente renovável,

ao mesmo tempo em que promove ações de eficiência energética e o uso mais racional dos recursos naturais.

Fonte: [Link](#)

- **Paraná pede inclusão de hidrelétricas reversíveis no leilão de armazenamento de energia**

Estado defende neutralidade tecnológica no certame do MME e propõe que usinas reversíveis possam competir com sistemas de baterias

O Governo do Paraná encaminhou ao MME um pedido para que as hidrelétricas reversíveis sejam incluídas no Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência (LRCap), previsto para dezembro de 2026. A proposta defende o princípio da neutralidade tecnológica, permitindo que diferentes soluções de armazenamento de energia possam participar do certame em igualdade de condições, em vez da limitação atual aos sistemas de baterias.

Segundo o governo paranaense, as usinas reversíveis oferecem vantagens como o armazenamento de energia por longos períodos, elevada capacidade de resposta ao sistema, vida útil superior a cem anos e maior complementaridade com a expansão das fontes eólica e solar. A inclusão dessas plantas, argumenta o Estado, ampliaria o leque de alternativas tecnológicas disponíveis para dar flexibilidade e confiabilidade ao Sistema Interligado Nacional.

Fonte: [Link](#)

FERNANDA
CRISTINNE ROCHA
DE
PAULA:01117993175

Assinado de forma digital por
FERNANDA CRISTINNE
ROCHA DE
PAULA:01117993175
Dados: 2026.07.27 11:47:41
-03'00'

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF nº 56.513

SABRINA DE ARAUJO PINTO

Estagiária de Direito